

Pesquisa mostra disposição de senadores

Senado Federal

VALOR ECONÔMICO 9 OUT 2003

Rodrigo Carro

Do Rio

As reformas tributária e previdenciária dificilmente escaparão de retornar à Câmara dos Deputados. A afirmação do cientista político Walder de Góes, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (Ibep), baseia-se em pesquisa de opinião feita no Senado por encomenda da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro (Amcham-RJ). O levantamento mostra que pontos aprovados na Câmara — como as novas regras do ICMS e a criação de subtetos salariais diferentes para cada Poder, nos Estados — não encontram apoio forte nem mesmo entre os senadores do PT. Foram ouvidos 85% dos senadores (69 de um total de 81) entre os dias 29 de setembro e 6 de outubro.

Com relação às alterações no ICMS, a pesquisa atestou que só 7%

são favoráveis à manutenção do texto aprovado pelos deputados. As regras devem ser melhoradas na opinião de 72% dos senadores ouvidos. Se forem considerados apenas os petistas, o percentual de insatisfeitos é de 67%.

“A base do governo quer melhorar o projeto da Câmara”, explicou Góes, depois de ressaltar que 82% dos senadores do PMDB defendem o aprimoramento da legislação relativa ao ICMS, enquanto no PL o percentual chega a 100%. Os pemedebistas demonstram ainda quase total apoio (94%) à repartição da CPMF com Estados e municípios, posição contrária à do governo federal. Mesmo dentro do PT, 33% dos entrevistados defendem a repartição e 67% são contrários. No cômputo geral, 77% dos senadores ouvidos apóiam a repartição.

Ainda com relação ao ICMS, apenas 16% dos 69 senadores defendem o período de transição de sete anos

para a cobrança do tributo no destino, com uma alíquota de 4% para operações interestaduais, conforme aprovado na Câmara. E 49% não sabem ou não responderam à pergunta relativa a esse tema. “Há dúvidas. A maioria quer alterar o texto mas não sabe o que vai fazer”, resumiu Joel Korn, presidente da Amcham-RJ, para quem a carga tributária dificilmente cairá no médio prazo.

Tanto Korn como Góes, do Ibep, sustentaram — com base nos dados — que a estratégia do governo federal deverá passar pelo fatiamento de ambas as reformas, com a aprovação e a promulgação de pontos essenciais como a DRU e a prorrogação da CPMF. “No caso da reforma da Previdência, pouca coisa precisa ser revista”, disse Góes. Com relação à contribuição previdenciária dos inativos, por exemplo, 55% dos entrevistados acreditam que o Senado deve isentar do pagamento os aposentados com idade avançada. Dentro do PT, a ma-

nutenção da contribuição dos inativos exatamente da maneira como foi aprovada na Câmara é defendida por 42% dos senadores. Outros 42% querem a isenção dos inativos com idade avançada. No PMDB, o apoio ao texto original é de apenas 6%.

Já o subteto salarial único para os poderes, nos Estados, é rejeitado por 71% dos parlamentares ouvidos. “Os senadores são favoráveis a subtetos independentes para cada Poder”, esclareceu Korn. A pesquisa de opinião também procurou medir a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Senado. No universo pesquisado, o governo Lula é avaliado como “ótimo” por apenas 6% dos parlamentares — no PT, o percentual é de 8%. As classificações “bom” e “regular” tiveram 43% e 29% dos votos, respectivamente. “Mesmo no PSDB, que faz parte da oposição, 30% dos senadores classificaram o desempenho de Lula como regular”, disse Korn.